

EDITORIAL

Com mais de cinco décadas de atuação, o NAEA consolidou-se como referência internacional nos estudos sobre desenvolvimento regional, articulando pesquisa acadêmica aos grandes dilemas socioambientais contemporâneos. A publicação do volume 28, número 2, da revista *Novos Cadernos NAEA* reafirma o compromisso histórico do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA) com a produção de conhecimento crítico, interdisciplinar e territorialmente situado sobre a Pan-Amazônia.

Este volume reúne onze artigos que transitam da etnografia quilombola à econometria financeira, do planejamento urbano ao sensoriamento remoto, da agroecologia à segurança nacional. A interdisciplinaridade aqui operada não é retórica, mas condição metodológica para compreender uma região marcada pela complexidade, por elevada sociobiodiversidade, por intensos conflitos territoriais e por crescente pressão do capital global. Apresenta também os desafios que a interdependência entre colonialidade neoliberalismo e crise climática apontam para a região.

Os artigos dialogam entre si e constroem uma narrativa integrada sobre as tensões entre modelos hegemônicos de desenvolvimento, políticas estatais e estratégias locais de resistência no contexto da complexidade que marca as territorialidades amazônicas.

O artigo **“Tambores de Louvação: Uma Linguagem Sociocultural no Quilombo de João Grande, Viseu-PA”** dos autores Raimundo Gonçalves da Silva, João Plínio Ferreira de Quadros, Joana d’Arc de Vasconcelos Neves, Nádila Ronnielly Fontel do Rosário de Quadros e Mirleide Chaar Bahia, revela o tambor como dispositivo central de memória, pedagogia e ação política. A etnografia demonstra que o instrumento estrutura a vida comunitária, conecta gerações e reafirma a ancestralidade negra diante das pressões de apagamento cultural. As transformações materiais na confecção dos tambores são interpretadas como estratégias de resiliência, e não como perda de autenticidade. Em diálogo direto com o artigo anterior, **“Etnografia do Dia da Consciência Negra no Território Quilombola de Jambuaçu”**, dos autores Marina Ramos Neves de Castro, Fábio Fonseca de Castro, Aymé Jilvana Castro Fergueira, Keyse Valadares e Bianca de Oliveira Leão, analisa a celebração de 20 de novembro como ato político coletivo. A festa transcende

o ritual comemorativo e converte-se em espaço de articulação territorial, onde identidade negra, meio ambiente e direitos se tornam indissociáveis. A resistência manifesta-se de forma intersensorial, intergeracional e performativa. O artigo **“A Transição Agroecológica do MST: Possibilidades e Desafios Vistos a Partir da Realidade Amazônica na Atualidade”**, dos autores Gabriel da Cunha Melo e Sergio Roberto Moraes Correa analisa a experiência do assentamento João Batista II situado em Castanhal no estado do Pará. A agroecologia é apresentada como um projeto político contra hegemônico, capaz de enfrentar simultaneamente a crise climática, a dependência de insumos externos e a insegurança alimentar. O artigo evidencia conflitos internos, limitações técnicas e ausência de políticas públicas, mas demonstra a viabilidade social e ambiental do modelo. Apresentando o lado perverso das monoculturas, o artigo **“A ação coletiva sob o contexto da integração à cadeia produtiva do dendê em Irituia e São Domingos do Capim no Pará”**, escrito por Marciclei Lopes Balieiro, examina os limites do associativismo rural quando subordinado à lógica da agroindústria. A análise desenvolvida revela dilemas clássicos da ação coletiva, como o problema do *free rider*, e alerta para o risco de esvaziamento político das organizações sob contratos rígidos e endividamento bancário. Complementarmente, o artigo **“Diagnóstico de empreendimentos agroextrativistas pesqueiros com potencial de incubação na microrregião do Salgado Paraense”**, de Anderson Paixão Hungria, Álvaro Lima de Moura, Maria Elza de Souza Braga, Lian Valente Brandão e Fabricio Nilo Lima da Silva destaca o papel da economia solidária e da extensão universitária no desenvolvimento local. A incubação tecnológica aparece como estratégia de fortalecimento da autogestão, da viabilidade econômica e da sustentabilidade ambiental, ainda que enfrente desafios institucionais e financeiros. A dimensão urbana da Amazônia é explorada no artigo **“Regularização Fundiária Urbana no Pós-Regularização: O Caso do Núcleo Urbano Informal Paraíso das Águas na Cidade de Canaã dos Carajás (PA), Brasil”**, da autora Maria do Carmo Campos da Silva demonstra que a permanência da população de baixa renda está mais associada à oferta de infraestrutura e serviços do que ao título de propriedade em si. O estudo desafia leituras deterministas sobre gentrificação e oferece lições relevantes para a política urbana regional. Também na área dos estudos urbanos, a análise histórica e territorial de **“Da Ferrovia ao BRT: Dinâmica Urbana de Ocupação da Rodovia BR-316”**, Paulo Ribeiro e Gilberto Rocha evidencia como a infraestrutura de transporte moldou padrões desiguais de uso do solo na Região Metropolitana de

Belém, produzindo fragmentação urbana e graves problemas de mobilidade. O êxito do BRT, argumentam os autores, dependerá da capacidade estatal de regular o território e conter a especulação imobiliária. No plano da análise de infraestruturas e seus impactos na dinâmica regional, o artigo **“Influência das Rodovias BR-230 e BR-319 no Uso e Ocupação do Solo na Mesorregião do Sul Amazonense com Uso de Ferramentas de Geoprocessamento”** dos autores Matheus Mendonça Leite, Douglas Marcelo Pinheiro Silva, Viviane Vidal Silva, Renato Francisco da Silva Souza, Milton Cesar Costa Campos confirma empiricamente o papel das rodovias como vetores de desmatamento, especulação fundiária e expansão da agropecuária. Os dados de sensoriamento remoto reforçam a urgência de uma governança territorial rigorosa diante de projetos de integração viária. Na perspectiva crítica da interseção entre colonialidade, capital e crise climática, o artigo **“Uso Neoliberal do Território e Condição de ‘Condenados da Terra’ aos Povos Indígenas no Brasil”**, de Claudio Jorge Moura de Castilho e Lycia Amélia Ribeiro Brasil, demonstra como a violência territorial contra os povos indígenas é estrutural ao projeto colonial-moderno de desenvolvimento. Ancorado em Fanon e Quijano, o artigo destaca as práticas de reexistência indígena como formas de ruptura epistemológica e política. Na ótica centrada na atuação do capital financeiro, o artigo intitulado **“Adoção de Práticas ESG e seu Impacto no Comportamento Financeiro das Empresas Listadas na Bolsa de Valores Brasileira”**, de Paulo Marcelo Fecury Macambira e Luiz Maurício Furtado Maués, evidencia correlações positivas entre a sustentabilidade corporativa e o desempenho financeiro. A agenda ESG, ainda que controversa, passa a influenciar diretamente projetos de infraestrutura e de urbanização no país. Numa abordagem voltada às mudanças climáticas, o artigo **“O Impacto das Mudanças Climáticas nas Forças Armadas”** de Marcus Vinícius Gonçalves da Silva amplia o debate ao tratar a crise climática como questão de segurança nacional. A vulnerabilidade logística das Forças Armadas na Amazônia diante de eventos extremos reforça a necessidade de incorporar a variável climática ao planejamento estratégico da defesa.

Espera-se que a leitura transversal dos artigos amplie a lente da interdisciplinaridade como condição epistemológica para a compreensão da Amazônia contemporânea. O volume revela uma região atravessada por conflitos intensos, mas também por projetos alternativos, saberes sofisticados e formas plurais de existência.

Nirvia Ravena
Editora da Revista